

Mulheres negras na docência em relações públicas: desafios e estratégias a partir de uma perspectiva interseccional¹

Flávia Martins dos SANTOS²

Universidade Federal de Goiás

Andrea OLIVEIRA³

Universidad de Málaga

Resumo

Este trabalho investiga as experiências de mulheres negras na docência de Relações Públicas no Brasil, refletindo sobre seus desafios e estratégias de enfrentamento. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de base construcionista e interseccional, a partir de entrevistas com dez professoras negras de diferentes regiões do país. Os dados indicam que essas docentes enfrentam desafios associados ao racismo estrutural, como isolamento, questionamento de sua autoridade intelectual e a exigência de hiperperformance para obter legitimidade. Como formas de resistência, mobilizam estratégias que incluem autoafirmação política, criação de redes de apoio e promoção de uma pedagogia antirracista. Conclui-se que é fundamental ampliar a diversidade e a representatividade no ensino superior em Relações Públicas.

Palavras-chave

Mulheres negras; Relações Públicas; Docência; Interseccionalidade; Racismo estrutural.

Introdução

No Brasil, a produção acadêmica sobre mulheres nas relações públicas tem crescido, embora ainda seja limitada. Parte dos estudos apontam gênero, classe, raça e maternidade como eixos relevantes das desigualdades profissionais (Ferrari et al., 2023) e indicam que o sucesso na carreira costuma ser atribuído a esforços individuais, o que tende a invisibilizar fatores estruturais (Restrepo et al., 2025). Também se observa que

¹ Trabalho apresentado ao GP6: Comunicação Intercultural, Interseccionalidade e Governança, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Doutora em Psicologia pela PUC Goiás. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Professora do Associada do Curso de Relações Públicas da UFG. E-mail: flaviamartins21@ufg.br

³ Doutora em Comunicação pela Universitat Rovira i Virgili. Mestre em Comunicação pela Universitat Politècnica de Catalunya. Professora Titular do Departamento de Publicidade e Comunicação Audiovisual da Universidad de Málaga (Espanha). E-mail: andrea.oliveira@uma.es

profissionais negras em relações públicas são majoritariamente mulheres jovens de origem popular, cujas experiências são atravessadas por racismo e processos de invisibilização (Vieira et al., 2023). No campo da docência, Mariutti e Cesca (2024) examinam a trajetória de professoras sêniores sob a perspectiva do feminismo liberal.

Apesar desses avanços, a realidade das acadêmicas negras na área permanece inexplorada. Mesmo após a implementação de políticas afirmativas no Brasil (leis 12.711/2012 e 12.990/2014), sua presença na carreira universitária segue reduzida. Embora pessoas negras representem mais de 55% da população (IBGE, 2022), mulheres negras correspondiam a apenas 0,4% do corpo docente universitário com doutorado em 2016 (INEP, 2016), enquanto 14,9% do professorado de relações públicas se declara negro ou indígena (INEP, 2024). Diante desse cenário, este resumo reflete sobre as experiências de mulheres negras na academia de relações públicas no Brasil a partir de uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2004), focalizando nos desafios encontrados no campo e estratégias de enfrentamento.

Procedimentos metodológicos

Para atingir o objetivo proposto, desenhou-se um estudo qualitativo de base construcionista e interseccional. A amostra consistiu em dez participantes, identificadas através de amostragem intencional e em bola de neve. Os critérios incluíram ser mulher negra autodeclarada preta ou parda, formada em relações públicas, residente no Brasil e com experiência docente na área. A amostra captou vozes de quase todas as regiões do país, o que é significativo dada a dispersão e o número reduzido dessas docentes.

O roteiro abordou temas como trajetórias de vida, desafios, enfrentamentos, liderança, equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e contribuições para o campo das relações públicas. Para este resumo, será apresentado um recorte com as análises relativas aos desafios e enfrentamentos. Foi utilizada a metodologia de Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (Spink, 2013), promovendo reflexões a partir de teorias feministas e decoloniais.

Resultados preliminares e discussão

O primeiro desafio encontrado está na profunda intersecção entre classe e raça, sendo a origem de classe um fator estrutural que determina o acesso a recursos

fundamentais como idiomas, tempo para estudo e redes profissionais. Em RP, onde o capital cultural e as redes são diferenciais competitivos, a origem periférica de grande parte das docentes gera um sentimento persistente de não pertencimento.

Um segundo desafio está em ser a única representante negra no ambiente acadêmico, uma realidade para nove das dez professoras entrevistadas. Essa condição as coloca em uma posição ambivalente de isolamento epistêmico, ancorado na noção de *outsider within* (Collins, 2016), e hipervisibilidade, por vivenciarem uma sobrecarga de representatividade, especialmente junto aos discentes. Esse desafio pode dificultar o desenvolvimento de redes de pesquisa e ocasionar demandas extras de trabalho.

O terceiro desafio é o questionamento diário de sua autoridade intelectual, um fenômeno que pode ser caracterizado como uma presunção de incompetência. Ele se manifesta em "elogios" que revelam surpresa com o desempenho, tratamentos que omitem credenciais acadêmicas ou em serem confundidas com estudantes. Na docência, onde a credibilidade intelectual é fundamental, essa sobrecarga desvia energia da pesquisa criativa para a mera demonstração de valor.

O quarto desafio está relacionado ao cansaço de ter que provar a existência do racismo num contexto que insiste em negá-lo, e de suportar microagressões diárias que exigem vigilância constante. Esse esgotamento se traduz na exigência invisível e desgastante de educar colegas e estudantes sobre questões raciais.

Diante desses desafios, as acadêmicas desenvolveram um repertório complexo de estratégias de enfrentamento que operam em diferentes níveis. No nível individual, uma estratégia fundamental é o letramento racial (Twine; Steinbugler, 2006) e a autoafirmação de sua identidade. Para muitas, reconhecer-se como mulheres negras é um processo tardio, desencadeado pela percepção do branqueamento dos espaços acadêmicos. Esse aprendizado torna-se uma ferramenta para identificar o racismo, enquanto a autoafirmação se transforma em um ato político.

Ao mesmo tempo, muitas recorrem à hiperperformance: um esforço intelectual e profissional exaustivo para obter reconhecimento (Euclides et al., 2016). Diante do desgaste emocional acumulado, o cuidado com a saúde mental surge como uma estratégia fundamental.

Em um nível interpessoal, as professoras constroem redes de apoio. Todas enfatizam a importância de mentores, amigos, colegas aliados, mas principalmente de

aproximar-se de pessoas negras. Sejam os próprios estudantes ou outros grupos fora do âmbito acadêmico, estar próximo de outras pessoas negras gera uma rede de apoio crucial, um espaço de validação e atualizando da noção histórica do quilombo como um lugar de refúgio e resistência.

Em um nível institucional, uma estratégia fundamental é o posicionamento ativo e a expressão do desconforto. As professoras desenvolvem táticas para afirmar seus direitos e desafiar as dinâmicas de poder: desde a formalização de constatações de discriminação por vias institucionais até a ocupação simbólica de espaços negados. Essas práticas pretendem devolver o desconforto aqueles que o geraram, provocando reflexões em contextos nos quais o racismo é velado.

A segunda e mais transformadora estratégia é a pedagogia antirracista: o uso deliberado da sala de aula como ferramenta de transformação. Isso se manifesta na inclusão sistemática de autoras negras no currículo — não como testemunho, mas como teoria —, na problematização de casos a partir de uma perspectiva racial e na formação de profissionais com consciência crítica. Ao fazer isso, essas professoras desestabilizam o cânone branco da disciplina e respondem diretamente à conclusão de Da Cruz Vieira et al. (2023) de que as relações públicas brasileiras, ao ignorar a diversidade étnica, perpetuam estruturas racistas.

Conclusões Preliminares

Os resultados reforçam a relevância da interseccionalidade para compreender as desigualdades no campo das relações públicas. Embora os desafios relatados dialoguem com a literatura internacional sobre mulheres e minorias na profissão, no Brasil assumem contornos específicos. Ao mesmo tempo, as docentes mobilizam diferentes estratégias de enfrentamento, como a autoafirmação política, a construção de redes de apoio e o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas. Ao reivindicarem seu lugar como sujeitos do saber, contribuem para a construção de um campo de relações públicas mais diverso e socialmente situado. Reconhecer, valorizar e institucionalizar suas contribuições teóricas e pedagógicas é, portanto, não apenas uma questão de justiça social, mas também uma condição para fortalecer a relevância e o rigor do campo no Brasil.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 279–298, 2016.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: UNIFEM, 2004. v. 1, n. 1, p. 7–16.

EUCLIDES, M. S.; SILVA, J. Não sou eu uma professora? *Revista de Ciências Humanas*, v. 2, n. 24, 2016.

FERRARI, M. A.; CONRAD, K. Q.; ORTEGA, S. M. R. Reflexões sobre relações interseccionais de poder nas trajetórias de mulheres relações-públicas no Brasil. *Organicom*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 84–104, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARIUTTI, F. G.; CESCO, C. G. Professoras de relações públicas no Brasil: um estudo contemporâneo centrado no feminismo liberal. In: BRIDGEN, E.; WILLIAMS, S. (org.). *Women's work in public relations*. [S.l.]: Emerald Publishing Limited, 2024. p. 147–169.

RESTREPO, S. M. O.; CONRAD, K. Q.; FERRARI, M. A. Desigualdade de gênero em trajetórias de mulheres profissionais de relações públicas. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, Málaga, v. 15, n. 29, p. 5–24, 2025.

SPINK, M. J. (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

TWINE, F. W.; STEINBUGLER, A. Racial literacy: intimacy and racialized communities. *The Journal of Educational Controversy*, v. 1, n. 1, 2006.

VIEIRA, A. C.; SANTOS, F. M.; OLIVEIRA, M. L. S. RP e identidade racial: um estudo sobre pessoas negras no exercício da profissão de relações públicas no Brasil. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, Málaga, v. 13, n. 26, p. 1–20, jul./dez. 2023.